

# Nacionalismo e homogenidade cultural: a importância dos media

Priamo Marratzu\*

## Índice

1 Nacionalismo e homogenidade cultural	1
2 A importância dos media	5
3 Referencias bibliograficas	7

## Resumo

Este artigo pretende estudar a evolução do nacionalismo a partir da análise de Ernest Gellner, para sublinhar a importância dos media na criação da homogenidade cultural, no quadro do conhecimento do Outro e no contexto da complexidade do real.

## 1 Nacionalismo e homogenidade cultural

“O princípio político do nacionalismo é que a unidade nacional seja igual à unidade política, da mesma forma que há violação intolerável quando os governantes pertencem a uma nação dife-

rente, então uma unidade política territorial pode tornar-se etnicamente homogénea quando mata, expulsa ou assimila todos os não-nacionais” (Gellner, 1993:13).

Ao longo do século XIX e também do século XX, o nacionalismo surgiu sempre que as elites nativas lutaram para expelir poderes estrangeiros, imperiais ou coloniais, de tal modo que, durante algum tempo, o nacionalismo pareceu indistinto da democracia popular<sup>1</sup>.

Mas, enquanto o Estado detém o monopólio da violência legítima na sociedade como instituição consagrada à manutenção da ordem, sobretudo na época industrial, a Nação interessa os homens que partilharem a mesma cultura, ( sistema de ideias, signos e associações, bem como modos de comportamento e comunicação) e se reconhecem como pertencentes a uma mesma nação<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Cf. Anthony D. Smith *Nationalism and Modernism. A critical survey of recent theories of nations and nationalism*. London, Routledge, 1998.

<sup>2</sup> Aliás, no período moderno esta relação transformou-se em conflito e “(...)surgiu um jogo múltiplo e contraditório, dado que em nome do nacionalismo, alguns povos, até então dispersos por vários estados, buscaram a respectiva unificação (Itália e Alemanha), enquanto outros tentaram separar-se de grandes Estados (Grécia e Bélgica).(...) Final-

\*Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Fernando Pessoa, actualmente é doutorando em Ciências da Comunicação na Universidad Católica San Antonio de Murcia. Trabalha como investigador da Universidade de Sassari, Itália, no curso de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Políticas. E-mail: priamomarratzu@gmail.com

Antes de colocar a questão do nacionalismo no quadro do sistema da educação pública das massas na sociedade moderna, Gellner explica a situação passada, quando a noção de soberania era *absolutely unlimited* (Evans 1998:504), ou seja absoluta e ilimitada, e os estados soberanos podiam ser juizes nas suas causas, sem controlo nenhum.

A abordagem à análise da sociedade agrária começa com uma reflexão de natureza cultural: só alguns acedem à alfabetização, a palavra escrita parece entrar na história através do contabilista e do cobrador dos impostos. A tecnologia, a legislação, o contencioso, a administração, produzem uma classe de especialistas letrados, aliados ou frequentemente em competição com os taumaturgos independentes. A grande maioria dos produtores agrícolas directos são separados dos governantes, quer sejam guerreiros, membros do clero, da elite letrada, administradores, burgueses (Gellner 1993: 21)<sup>3</sup>.

Na perspectiva do Estado, temos ao contrário, dois tipos: comunidades locais autónomas por um lado (cidades-estados, segmentos tribais cujo funcionamento depende dos contactos pessoais) e grandes impérios pelo outro, com concentração de forças.

---

mente, Estados que procuram construir nações, sobretudo afro asiáticos, com fronteiras traçadas na era colonial” J.A. Maltez. *Princípios de Ciência Política. Introdução a Teoria Política*. Lisboa, ISCSP, 1996, p. 399.

<sup>3</sup> Assim culturalmente temos estabilidade relativa, a manutenção das barreiras sociais, a cultura tem que ser marcada, quer horizontalmente (pela casta social), quer verticalmente, para definir comunidades locais muito pequenas. Por exemplo, os camponeses da montanha têm, frequentemente, laços com diferentes rituais religiosos e pensam em termos de casta, clã ou aldeia (mas não de nação), de acordo com as circunstâncias.

Na sociedade agrária as elites letradas não conseguem dominar e absorver devidamente toda a sociedade. Uma vez são as próprias que o proíbem, outras são os obstáculos externos. O homem agrário parece ser feito de um metal corruptível.

A noção de racionalidade deve ser central e importante. Dentro deste conceito, temos dois elementos: um deles é a coerência (do método), a mesma forma de tratamento para os mesmos casos; o outro é eficiência, a selecção fria e racional dos melhores meios disponíveis para determinados fins<sup>4</sup>.

O crescimento económico e produtivo exige exactamente o mesmo das actividades humanas, e portanto, dos papéis humanos, a produtividade elevada exige uma divisão do trabalho complexa, que mude continuamente e rapidamente. Os cargos raramente são transmitidos de pai para filho. A sociedade industrial é a única a viver do crescimento sustentado e contínuo, a primeira a criar o conceito de progresso, de aperfeiçoamento permanente, compensando a agressão social pelo enriquecimento material. A sua maior fraqueza reside na incapacidade de sobrevivência a qualquer redução temporária do fundo de suborno social e se a corrente de abundância for temporariamente bloqueada. Então, a sociedade moderna é igualitária pelo facto de ser móvel; apesar de serem especialistas com uma experiência de uma vida inteira de treino exclusivo e prolongado, os trabalhadores da sociedade agrária não são auto-suficientes como na sociedade industrial, onde a distância entre eles é muito

---

<sup>4</sup> Assim a homogeneização não decorre apenas de razões políticas mas também de exigências económicas, designadamente das necessidades de criação de mercados nacionais M. B. Cruz, *Instituições políticas e Processos Sociais*. Lisboa, Bertrand, 1995, p. 457.

menor. O sistema educacional é o mais universalmente estandardizado que desde sempre existiu, é como um exército moderno, apenas numa escala maior só a experiência faz a diferença (Gellner, 1993:43-50).

Na opinião de Gellner, a genética social dos indivíduos pode ser levada a cabo através do ensino um-a-um, ou pela experiência, ou através do chamado método centralizado. Os primeiros dois são aplicados quando uma família, uma unidade de parentesco, aldeia, segmento tribal, acolhe as crianças no seu seio e as transformam relativamente semelhantes às das gerações anteriores. O método de reprodução centralizado é aquele em que uma agência educativa ou de formação, que difere da comunidade local, complementa significativamente (ou em casos extremos substitui por completo) o método dessa comunidade, responsabilizando-se pela preparação dos jovens em causa e entregando-os por fim à sociedade mais vasta para que desempenhe as suas funções, uma vez terminado o processo de treino<sup>5</sup>.

Hobsbawm, a este propósito, aponta para o nacionalismo linguístico, onde a língua nacional era a maioria das vezes, uma construção artificial, porque tinha que ser compilada, estandardizada, homogeneizada e modernizada para o uso contemporâneo tirando-a do mosaico dos dialectos locais ou regionais que constituíam a língua não letrada.

<sup>5</sup> Simplificando, se na sociedade agrária apenas uma minoria da população é constituída pelos letrados, que querem ser voz da totalidade, na sociedade industrial os letrados são uma classe universal, o trabalho já não representa a manipulação dos objectos, mas dos significados, implica o controle dos botões que precisam de ser compreendidos, numa comunicação contínua.

As consequências são, para a maioria dos homens, que a sua capacidade de emprego, segurança e auto-estima depende agora da educação. A cultura agora é o meio necessário. Agora o Estado e a cultura têm de estar relacionados, é inevitável, é isto que o nacionalismo representa. Um sentimento da comunidade nacional, que nasce como patriotismo e continua em outras formas.

Durante o período sempre mais democrático, as autoridades, que não podiam contar com a espontânea e tradicional submissão das classes inferiores, nem com a religião tradicional como eficaz garantia da ordem social, precisavam de um meio contra a hostilidade: a nação foi a nova religião civil dos Estados (Hobsbawm 1996: 173)<sup>6</sup>.

Um determinado tipo de homogeneidade cultural é exigido pelo nacionalismo. Sendo assim, a era da transição para a industrialização estará também destinada a ser uma era de nacionalismo, um período no qual tanto as fronteiras políticas e culturais estarão a ser alteradas de forma a satisfazerem o imperativo nacionalista. Foi uma experiência bastante dolorosa, porque existiam culturas rivais em luta para capturar as almas dos homens, tal como os centros de autoridade política. A ênfase dada pela Reforma à alfabetização e às Escrituras, o violento ataque à posição monopolizadora do clero, o individualismo e as ligações com populações urbanas móveis produzem a era nacionalista. Sobre tudo o papel do protestantismo, e mais evidente no Islão: a história cultural do mundo

<sup>6</sup> Na Africa Sub-sahariana isso é evidente no caso da Africa do Sul: a etnia bantu (“negra”) migrou para uma zona mais desenvolvida onde uma etnia (boere e “branca”), preocupada a conservar o monopólio da situação privilegiada, exerce uma discriminação, evocando uma superioridade racial ou cultural.

árabe e outras terras muçulmanas nos últimos cem anos é essencialmente a história do avanço e da vitória do movimento que é hostil às intermediações espirituais entre os homens e Deus (Gellner 1993: 66-67)<sup>7</sup>.

Mas a evolução do nacionalismo não foi sempre na direcção positiva: de liberal nos começos do século XIX virou autoritário e antidemocrático, nos começos do século XX (Cruz, 1995: 456). Assim, aos nacionalismos democráticos e de massa, juntou-se uma multidão de mini nacionalismos de pequena escala, liderados por intelectuais que enfatizavam a língua e as diferenças culturais, cujo sucesso, depois de Versalhes, transformou o mapa da Europa mas, sobretudo, pressagiou um mundo de nações étnicas, egoístas e seguras de si.

Goldberg aponta para a antinomia identidade/diferença: *“there is a long history of racialized or gendered exclusion in the name of difference. Those deemed different are not part of the social formation, are not included under values of moral treatment, respect, and love”*(Golberg 1995:12).

O número de línguas no mundo é calculado em cerca de 9000, o número de Estados existentes é da ordem dos 200. As populações analfabetas e famintas desejam ser incorporadas nalguns desses patamares culturais, que já possuem o Estado próprio, com a promessa imediata de cidadania total e emprego. Mas as Nações podem ter tido uma

<sup>7</sup> Interessante é o caso da Nigéria onde uma seita muçulmana dirige o seu ressentimento contra uma classe governante ocidentalizada e contra os estrangeiros não muçulmanos. Aquilo que anteriormente era um idioma para alguns (o inglês) e uma fé obrigatória para todos, torna-se um idioma obrigatório para todos e uma fé diluída.

larga história até chegarem finalmente ao seu destino o de se transformarem em Estados.

No continente africano a passagem da “etnia” à “nação”, de mitos e símbolos para uma “identidade”, tem encontrado várias dificuldades, por causa de sociedades acéfalas, organizadas em clãs, onde a presença colonial era talvez “partilhada”, com formas de administração indirecta (era a atitude privilegiada dos ingleses).

Também a heterogeneidade, na opinião de Goldberg, aparece de certa forma perigosa, melhor a homogeneidade, que tem duas razões para ser preferida: *“is considered a natural condition (...) becomes instrumentally necessary as a means to the preservation of values and virtues associated with Englishness and intrinsically valuable”*(Goldberg 1995:21).

Gellner considera que inicialmente existiam dois candidatos especialmente promissores para a construção de uma teoria da nacionalidade: por um lado, a vontade e a cultura, a adesão voluntária e a identificação, a lealdade e a solidariedade; o medo, a coerção e o constrangimento, por outro. O nacionalismo utiliza a proliferação de culturas ou a riqueza cultural preexistente, herdadas historicamente, embora o faça selectivamente. É possível revivificar línguas mortas, inventar tradições, restaurar antigas essências bastante fictícias. Isso não significa que o nacionalismo seja uma invenção ideológica<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Na primeira hipótese, estamos em presença do fenómeno de integração. A integração que procede da força e coerção é o imperialismo. A integração (política) pressupõe a existência de uma comunidade de segurança, ou seja um sistema de relações que tem renunciado à força e à coerção como meios de resolução das diferenças. Numa comunidade integrada, os processos políticos basearam-se em característi-

Na realidade, destaca Gellner, o nacionalismo constitui a imposição geral de uma cultura erudita<sup>9</sup> a uma sociedade onde anteriormente as culturas populares tinham ocupado as vidas da maioria da gente. Isto implica a difusão generalizada de um idioma mediaticizado pela escola e supervisionado mediaticamente, codificado segundo as exigências de uma comunidade burocrática e tecnológica precisa.

Se o nacionalismo prospera, elimina a cultura erudita estrangeira, embora não a substitua imediatamente pela antiga cultura local e faz renascer, ou inventa, uma cultura local própria erudita, que conserva, apesar de tudo, algumas ligações aos modos de vida e dialectos populares locais mais antigos (Gellner, 1993:85-90)<sup>10</sup>.

Aplicando-se às sociedades africanas, acontece que só os detentores de poder tenham o acesso à educação, há ausência de interiorização da esfera pública, falta um sólido enraizamento territorial do Estado. Portanto a ideologia não funciona sempre.

No caso africano, citamos ainda a África do Sul, onde “the centrality of mass media to the democratic transformation of na-

---

cas muitas vezes associadas com políticas mais infra-estaduais que interestaduais: por exemplo, partidos políticos (cf. G. Evans *Dictionary of International Relations*. London, Penguin Book, 1998, p. 254).

<sup>9</sup> Representantes desta cultura têm insistido no princípio de homogeneidade como premissa de valores intelectuais e sócio-culturais dominantes, ver por todos David Theo Goldberg. *Multiculturalism: a critical reader*, Blackwell, Oxford, 1995, p.25.

<sup>10</sup> Uma visão que se reflecte na ideia de “Estado cérebro social” defendida por Maltez, segundo o qual o Estado é o órgão do pensamento social, o seu papel não é de exprimir o pensamento irreflectido da multidão, mas de acrescentar a este pensamento irreflectido um pensamento mais meditado, e que, por consequência, tem que ser diferente (ob. cit., p. 370).

tional and local or specific identities has been enormous, though the postapartheid moment reveals, as always, intricate double binds in the relations between national racism and marketized identities” (Berlant e Warner 1995:110).

Com uma convergência do mercado do trabalho internacional, o nacionalismo tinha que desaparecer, mas as nações não são todas iguais. Não o foram na pobreza e não o são na abundância. África é um continente que oferece vários exemplos. Em muitos países, a passagem da sociedade agrária à sociedade industrial não foi automática, o acesso ao ensino continua difícil, e a “homogeneidade cultural” exigida pela sociedade moderna é ameaçada por conflitos étnicos, que permanecem no seio da comunidade política.

## 2 A importância dos media

“Within the postmodern culture, the media not only set agendas and frame debates but also inflect desire, memory, fantasy. By controlling popular memory, they can contain or stimulate popular dynamism” (Stam e Shohat 1995:318).

Numa época em que nas sociedades multiculturais multiplicam-se os meios de comunicação social, aumenta a importância dos media para a criação da homogeneidade cultural. Por isso, é significativa a contribuição dada ao tema por Jean Claude Bertrand, na obra *A deontologia dos média*. Para salvar o seu prestígio e a sua independência, os media tem necessidade de se envolver na sua responsabilidade primordial: servir dignamente a população. Segundo o autor francês, as funções dos media são: observar o meio envolvente, assegurar a co-

municação social, fornecer uma imagem do mundo, contribuir para a felicidade (divertir), fazer consumir e, finalmente, transmitir a cultura. A este nível social, “é preciso que a herança do grupo seja transmitida de uma geração à geração seguinte: uma visão do passado, do presente e do futuro do mundo, uma amalgama de tradições e valores que dão ao indivíduo uma identidade étnica” (Bertrand 2002).

Tudo isso deve acontecer para evitar alguns problemas de interpretação “because of the ways in which stories about social problems are organized into episodic new frames, individual victims frequently come to be seen as being responsible for causing their problems at the same time that the audience’s attention is deflected from possible systemic or institutional, causes of this suffering” (Goshorn e Gandy, 1995:135).

Aliás, nas relações entre grupos culturalmente diferentes existe a tendência para a diferenciação, salientam Messick e Mackie (1989:71), que acrescentam: “*Speech divergence, which can be viewed as a symbolic tactic for maintaining intergroup distinctiveness, might be usefully considered as a more subtle measure in studies of in-group bias*”.

A importância do que não faz parte da nossa cultura (o Outro) é o objecto da antropologia: O Outro sou eu próprio, em parte porque os Outros têm, por sua vez, o direito à palavra e por outro lado, porque o universo social contemporâneo dissolveu até o mais profundo de cada um de nós as referências de identidade que ordenam as principais diferenças de civilização, de cultura, de género, de pessoa (Copans 1999:10).

Neste contexto, descobrimos a vertente “negativa” e “positiva” da comunicação, enquanto definiu-se a liberdade de imprensa,

não mais apenas como a negação da censura política mas antes, como afirmação de uma tarefa a cumprir: satisfazer o direito de cada cidadão à informação, o direito de ser bem informado e também o direito de informar, isto é, de ter acesso aos media.

Stam e Shoat apontam para o multiculturalismo, como instrumento para estimular a comunicação entre culturas:

*“multiculturalism is actually an assault not on Europe or Europeans but on Eurocentrism- on the procrustean forcing of cultural heterogeneity into a single paradigmatic perspective in which Europe is seen as the unique source of meaning, as the world’s center of gravity, as ontological ‘reality’ to the rest of the world’s shadow” (Stam e Shoat 1995:296).*

O direito da comunicação exerce-se pouco nestas direcções: da nação fraca para a nação forte, dos cidadãos para os poderes instituídos e de grupo para grupo na sociedade massificada. O objectivo da deontologia consiste em parte em afastar os obstáculos (Bertrand 2002:44).

Portanto, no sentido mais amplo, o Outro já não é um primitivo exótico, também não é nosso antepassado rural, mas sim o nosso concidadão e o conjunto dos Outros produzidos pela nossa sociedade (o emigrante, o excluído, etc.) (Copans 1999:51).

Ainda, Stam e Shoat sublinham o papel dos média na formação da opinião pública:

*“By facilitating a mediated engagement with distant peoples, the media ‘deterritorialize’ the process of imagining communities. And while the media can destroy community and fashion solitude by*

turning spectators into atomized consumers or self-entertaining monads, they also can fashion community and alternative affiliations. Just as the media can exoticize and ‘otherize’ cultures, they can also promote multicultural coalitions” (Stam e Shoat 1995:301).

Bertrand lembra-nos que é natural que a hierarquia dos valores varie de cultura para cultura. Assim, um estudo comparativo de jornalistas norte-americanos e chineses mostrou que os dois grupos consideram que a informação fornecida deve ser exacta e completa, mas o primeiro valoriza como virtudes jornalísticas a agressividade e a curiosidade, ao passo que o segundo dá prioridade à modestia e à lealdade (Bertrand 2002:47)<sup>11</sup>.

O maior problema é que a maioria dos media não consideram a complexidade do real. Acreditam que tem a obrigação de ser rápidos e divertir, logo, de simplificar. Daí resulta o abuso dos estereótipos, a divisão em bons e maus, a redução dos fenómenos a retratos de indivíduos pitorescos, ou de um discurso a uma frase.

Finalmente, Bertrand afirma que a riqueza cultural é posta em causa pelo proteccionismo dos média norte-americanos que privam os seus utentes do contacto com outras culturas, bem como pelo *dumping* cultural que praticam no resto do globo (Bertrand 2002:90).

Sublinha Benalva da Silva Vitorio(2003:15) que na condição de ex-colónias

<sup>11</sup> Cita-se o caso dos Estados Unidos onde nos anos 50, os media pregavam o conformismo de uma maioria branca conservadora. Os grupos excluídos rebelaram-se no decénio seguinte: os negros, os estudantes, os hispânicos, os ameríndios, os consumidores, as mulheres, os ecologistas, os homossexuais, os deficientes, etc..

de Portugal, os sete países de língua oficial comum pouco se conhecem, a não ser a referência sobre mitos e estereótipos difundidos nos meios de comunicação.

A propósito do caso brasileiro José Marques de Melo (2003:126), destaca que foi somente na década de 60 que se criou no país uma consciência pública em torno da divulgação da ciência.

Nos media internacionais, o continente africano continua a ser desconhecido, ou mal conhecido aos olhos dos cidadãos, dos leitores, da maioria da opinião pública. Continua a ser um lugar povoado de estereótipos, resultante da miopia de olhares vessos que destacam resquícios afros em interesses particulares, apagam memórias ancestrais, repetindo histórias alinhavadas de uma História que ainda está por ser escrita”(Vitorio, 2003:20).

### 3 Referencias bibliograficas

BERLANT, Lauren, Warner Michael (1995). Introduction to “Critical Multiculturalism”. In: Goldberg, David Theo (ed.) *Multiculturalism: a critical reader*, Oxford, Blackwell, pp. 107-113

BERTRAND, Jean Claude (2002). *A deontologia dos media*. Coimbra, Minerva.

COPANS, Jean (1999). *Introdução à Etnologia e Antropologia*. Mem Martins, Publ. Europa-America.

CRUZ, Manuel Braga da (1995). *Instituições políticas e Processos Sociais*. Lisboa, Venda Nova, Bertrand Ed., pp. 448-460.

- EVANS, G. (1998). *Dictionary of International Relations*. London, Penguin Book.
- GELLNER, Ernest (1993). *Nações e Nacionalismos*. Lisboa, Trajectos Gradiva.
- GOLBERG, David Theo (ed.) (2005). *Multiculturalism: a critical reader*, Oxford, Blackwel.
- GOSHORN Kent & Gandy, Oscar H. (1995) Race, Risk and Responsibility; Editorial Constraint in the Framing of Inequality". *Journal of Communication*, 45/2, pp. 133-151.
- HOBBSAWM, Eric J. (1996). *L'Età degli imperi 1875-1914*. Cles (TN), Oscar Saggi Mondadori, pp.165-191.
- MALTEZ, J. A.(1996). *Princípios de Ciência Política. Introdução á Teoria Política*. Lisboa, ISCSP.
- MELO, José Marques de (2003). Trajectória Académica do Jornalismo Científico no Brasil : iniciativas paradigmáticas do século XX. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* Ano I n. 1, Lisboa/; São Paulo LUSOCOM, Federação Lusófona de Ciências de Comunicação/INTERCOM, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, pp. 123-133.
- MESSICK, D. M. & Mackie, D. (1989). Cognitive Representation of Social Categories. *Annual Review of Psychology*, 40, pp. 46-81.
- STAM, Robert e Shohat, Ella (1995) Contested Histories, Eurocentrism, Multiculturalism, and the Media. *In: Goldberg (ed.) Multiculturalism...*, pp. 296-321.
- SMITH, A. D.(1998). *Nationalism and Modernism. A critical survey of recent theories of nations and nationalism*. London, Routledge.
- VITORIO, Benalva da Silva (2003). Lusofonia: proposta para a reinvenção de uma comunidade. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona.*, pp. 11-24.